



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Oral

O Plano Quinquenal do Governo da RAEM propõe a construção de uma cidade inteligente, e o sector das telecomunicações é um suporte básico para o seu desenvolvimento; a aplicação das tecnologias de comunicação 5G é muito importante para a promoção de: trânsito inteligente, turismo inteligente, saúde inteligente, inteligência artificial e internet das coisas. O Governo está a promover a produção legislativa do "Regime de convergência das redes e serviços de telecomunicações", incluindo a atribuição de licenças de convergência para operar a tecnologia 5G. A sociedade preocupa-se com a não conclusão no prazo previsto dos respectivos trabalhos legislativos e com a razoabilidade das tarifas dos serviços de 5G, e o sector espera que o Governo dê apoio na resolução das dificuldades em construir estações de 5G e do problema do uso justo dos activos da concessão.

Segundo o sector das telecomunicações, o 5G é caracterizado pela alta velocidade, alta frequência e baixa latência, mas, relativamente ao 4G, a área de cobertura das estações de 5G é menor e o número destas é, pelo menos, duas vezes maior; e os residentes não querem que as estações sejam instaladas nos seus edifícios e espaços privados, daí a dificuldade dessa instalação. Assim, o Interior da China vai, através de políticas, promover a construção e a partilha conjunta das infra-estruturas de telecomunicações, nomeadamente: exigir às operadoras de telecomunicações que constituam, em conjunto, uma empresa de torres de telecomunicações para coordenar a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

construção das estações, não permitindo a construção de novas, uma vez que as existentes podem ser partilhadas; exigir aos serviços e aos organismos públicos que deixem construir estações nos seus edifícios e nas instalações públicas; e aproveitar plenamente os candeeiros e os semáforos para a construção de mini-estações, propondo que Macau tome esta prática como referência. Segundo a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, esta procede à coordenação dentro do possível, se a estação de 5G estiver relacionada com edifícios do Governo, estando a ponderar a viabilidade da instalação de estações de 5G nas vias públicas, mas ainda não se viu nenhuma medida concreta para isso. A política de construção e partilha conjunta envolve questões interdepartamentais, e é necessário haver um único serviço “a coordenar, dentro do possível,” e também uma ponderação global por parte do Governo da RAEM.

Por outro lado, as taxas dos serviços 5G têm a ver com os custos de investimento e os obstáculos de desenvolvimento das operadoras de telecomunicações. Por exemplo, a liberalização, por parte do Governo, do uso justo dos activos da concessão, e a não realização ou a redução, por parte das empresas, das obras de escavação e instalação das redes, reduzindo as perturbações para o público e contribuindo também para a redução das taxas. O contrato sobre a “Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações” define claramente várias cláusulas sobre o uso justo dos activos da concessão por parte do sector, mas, na realidade, nos termos do contrato, a empresa responsável pela manutenção e reparação dos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

activos da concessão do Governo pode transformá-los em “activos para seu uso e gozo próprios”, e, em comparação com as outras regiões, o Governo, as demais operadoras e as entidades cívicas, comerciais e industriais têm de pagar muitas vezes mais pelo aluguer dos circuitos, mas o Cofre do Governo não sai beneficiado. Mais, se as outras operadoras precisarem de utilizar os referidos activos, têm de pagar e, ainda, de obter a autorização da empresa. Todas estas cláusulas permitem a essa empresa usufruir de maiores vantagens, criando um ambiente de concorrência desleal e impedindo a verdadeira liberalização do mercado das telecomunicações. O referido contrato termina em 2021, e o Governo tem de assumir, novamente, o controlo sobre a fiscalização e o uso dos activos da concessão, para garantir o seu uso justo e reduzir as restrições impostas à construção da rede 5G.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O referido contrato define claramente as cláusulas relativas ao uso justo dos activos da concessão por parte do sector, mas, na realidade, a empresa responsável pela manutenção e reparação é a que goza das maiores competências e, na prática, os activos da concessão transformam-se em “activos para seu uso e gozo próprios”, criando-se um ambiente de concorrência desleal no mercado. O referido contrato vai terminar em 2021, e o Governo deve proceder a um replaneamento do uso dos activos da concessão e da distribuição dos recursos públicos, para garantir o uso justo por todas as operadoras, facilitando a futura construção e aplicação do 5G. Vai fazê-lo?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Segundo o Governo, o “Regime de convergência das redes e serviços de telecomunicações” resolve o problema do uso dos activos da concessão das telecomunicações. O Governo pode assegurar a conclusão da produção legislativa antes do termo do contrato? Como é que se pode evitar que, na altura, surjam problemas, devido à falta de legislação e de tempo suficiente para negociar com a empresa?

3. Face às dificuldades existentes na construção de estações de 5G, o Governo do Interior da China vai lançar a política de construção e partilha conjunta de infra-estruturas de telecomunicações. O Governo da RAEM vai implementar políticas para promover a construção da rede 5G, reduzir o investimento de recursos na construção das estações e na instalação repetida de cabos, reduzir as perturbações para o público resultantes das escavações e promover a redução das taxas?

17 de Outubro de 2019

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

Lei Cheng I